

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 64ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Cidade – Jundiaí/SP – 06/05/2016 – 09h30min

Membros com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Repr. com procuração
01	IGAM	Thiago Figueiredo Santana	Titular	Justificou	
	IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Presente	
02	Secretaria de Energia	Daniel Jesus de Lima	Titular	Presente	
		Josmar Machado Camargo	Titular	Ausente	
	Secretaria da Logística e Transportes	Marcelo Poci Bandeira	Suplente	Justificou	
		Augusto Olavo Leite	Suplente	Justificou	
03	SSRH	Leonildo Ednilson Urbano (Secretário - executivo Comitês PCJ)	Titular	Presente	
		Luiz Roberto Moretti	Titular	Ausente	
	Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Suplente	Presente	
		Marcos César Prado	Suplente	Presente	
04	SMA	Egberto da Fonseca Casazza	Titular	Presente	
		Sandra Jules Gomes da Silva	Titular	Ausente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Presente	
		Zoraide de S. Senden Carnicel	Suplente	Ausente	
05	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Sérgio Rocha Lima Diehl	Titular	Presente	
		Denis Herisson da Silva	Titular	Justificou	
	Secretaria de Planejamento e Gestão	Monica de Azevedo Costa Nogara	Suplente	Ausente	
		Aguardando Indicação	Suplente	Ausente	
06	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Titular	Presente	
		José Roberto G.Ferro	Titular	Ausente	
	Secretaria da Fazenda	Afonso Celso Rocha Mastrelli	Suplente	Ausente	
		Luiz Henrique Martins Moreira	Suplente	Ausente	
07	P. M. de Saltinho	Claudemir Francisco Torina	Titular	Ausente	
		Ângelo Cesar Angeleli	Titular	Ausente	
	P. M. de Limeira	Paulo Cezar Junqueira Hadich	Suplente	Ausente	
		Alquermes Valvassori	Suplente	Presente	
08	P. M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta	Titular	Presente	p/ Dimas D. E. Silva
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
	P. M. de Holambra	Fernando Fiori de Godoy	Suplente	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Suplente	Presente	
09	P. M. de Pedreira	Carlos Evandro Pollo	Titular	Ausente	
		Celso José Leite Filho	Titular	Ausente	
	P. M. de Jaguariúna	Tarcísio Cleto Chiavegato	Suplente	Ausente	
		Irineu Gastaldo Júnior	Suplente	Presente	
10	P. M. de Rio Claro	Palmínio Altimari Filho	Titular	Ausente	
		Geraldo Gonçalves Pereira	Titular	Presente	
	P. M. de Jundiaí	Pedro Antonio Bigardi	Suplente	Ausente	
		Maria das Graças Martini	Suplente	Presente	
11	P. M. de Atibaia	Saulo Pedroso de Souza	Titular	Ausente	
		Fabiane Cabral da Costa Santiago	Titular	Ausente	
	P. M. de Morungaba	José Roberto Zem	Suplente	Ausente	
		Michele Consolmagno	Suplente	Presente	
12	P. M. de Extrema	Luiz Carlos Bergamin	Titular	Ausente	
		Paulo Henrique Pereira	Titular	Justificou	
	P. M. de Camanducaia	Edmar Cassalho Moreira Dias	Suplente	Ausente	
		Thais Scognamiglio Campos Lourenço	Suplente	Presente	
13	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella	Titular	Presente	
	ÚNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	
14	CIESP – DR Jundiaí	Roberto Mario Polga	Titular	Presente	
	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Suplente	Presente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 64ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Cidade – Jundiaí/SP – 06/05/2016 – 09h30min

15	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto S. Tinel	Suplente	Presente	
16	SABESP	José Roberto Fumach	Titular	Ausente	
		Antonio Carlos Teixeira	Titular	Ausente	
	DAE Americana	Leandro Zanini Santos	Suplente	Ausente	
17	Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda	Titular	Presente	
	Sindicato Rural de Rio Claro e Coordenador da CT-Rural	João Primo Baraldi	Suplente	Presente	
18	COPASA	Waldir Souza	Titular	Ausente	
		Alexandre José Grego	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Indaiatuba	Wilson Tomaseto	Suplente	Ausente	
19	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
	Consórcio Pirai	Paulo Takeyama	Suplente	Ausente	
20	Rotary - D4590 e Coord. da CT-ID	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
21	IPSA	Waldemar Bóbbo	Titular	Presente	
	AAEAA-Amparo	Wilhelm Wulff Poloni	Suplente	Presente	
22	AESABESP	Ester Feche Guimarães	Titular	Ausente	
	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto	Suplente	Presente	
23	AEJ	Jaime Ramiro	Titular	Presente	
	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Ausente	
24	Associação dos Atrativos do Salto	José Carlos Zambone	Titular	Presente	
	ABES-MG	Adelson Diamond Candido	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
Diretoria Comitês PCJ	SANASA	Marco Antonio dos Santos	Vice-presidente CBH-PCJ e 2º Vice-presidente PCJ FEDERAL	Presente
CT-AS	DAEE	Vinicius Rosa Rodrigues	Coordenador	Presente
CT-ID	SABESP	Almir Aparecido S. Andrade	Coordenador-adjunto	Presente
CT- Industria	CIESP DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Presente
CT-OL	DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia	Coordenador	Presente
	DAEE	Cecilia de Barros Aranha	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-PB	ASSEMAE	Adriana Angélica Rosa V. Isenburg	Coordenadora	Presente
	IPSA	Harold Gordon Fowler	Coordenador-adjunto	Presente
CT-RN	INEVAT	Claudia Grabher	Coordenadora	Presente
CT-Rural	SR Limeira	Nilton Piccin	Coordenador-adjunto	Presente
CT-S.A	SANASA	Ivan de Carlos	Coordenador-adjunto	Presente
CT-SAM	IPSA	Adriana Fabiana Correia	Coordenadora	Presente

Sigla da Entidade Convidada	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sérgio Razera: Diretor-presidente
	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi: Diretora Técnica
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato
	Ronnie Carlos Peguim
	Eduardo Cuoco Léo
	Juliana Prado Guilmo
PM de Holambra	Rogério Goncalvez
SABESP	Osvaldo O. Vieira
	Maurício Poleli
	Marcos A. Uyehr
	Elizeu A. Parcono
CETESB	Domênico Tremaroli

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 64ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Cidade – Jundiaí/SP – 06/05/2016 – 09h30min

1. **Pauta e abertura:** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica, em 29/04/2016. A reunião foi aberta pela Sr. Leonildo Ednilson Urbano, Secretário-executivo dos Comitês PCJ, que cumprimentou a todos e agradeceu à Sra. Maria das Graças Martini, pela cessão do espaço. 2. **Informes:** 2.1. **pela Secretária Executiva:** A Sr. Leo Urbano informou ao plenário que conforme deliberado na 63ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), dos Comitês PCJ, realizada em 04/03/2016, no município de Atibaia/SP, a Secretária Executiva dos Comitês PCJ (SE-PCJ), encaminhou ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), a solicitação da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ, protocolada em 11 de janeiro de 2016, na SE-PCJ, intitulado “Proposta de Revisão da Portaria DAEE nº 761”, de 09 de março de 2015 (reti-ratificada 29-07-2015) com reflexo nas Resoluções Conjunta ANA/DAEE nº 50/2015 e 699/2014; e Portaria DAEE nº 1029/2014, onde através do Ofício BMT nº 299/2016, de 28/03/16, o DAEE, agradeceu a contribuição prestada pela CT - Rural e que realizará a análise solicitada e, no que couber, verificarão, junto às demais instâncias do DAEE e com a Agência Nacional de Águas (ANA), as possibilidades de aproveitamento das propostas apresentadas. O Sr. Leo Urbano informou que a Escola Superior da CETESB está com as inscrições abertas para um novo curso ao público externo: “Práticas no Processo de Licenciamento Ambiental”, a ser ministrado na Agência Ambiental de Campinas. O objetivo do curso é capacitar os atores que atuam no licenciamento ambiental na região do PCJ. A primeira turma será de 16 a 19 de maio de 2016 com carga horária de 32hs. Mais informações disponíveis no site dos Comitês PCJ. O Sr. Leo Urbano informou que foi encaminhado, via e-mail, a todos os membros dos Comitês PCJ, os 12 episódios do programa O SABER DAS ÁGUAS, onde durante 15 meses, a Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), dos Comitês PCJ, e a Aventuras Produções realizaram a produção destes programas chamados educacionais, pois foram realizados de forma participativa. O Sr. Leo Urbano parabenizou em nome da Diretoria dos Comitês PCJ, a CT-EA pelo trabalho realizado. O Sr. Leo Urbano informou que no dia 04/05/16 foi realizada reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, onde entre os itens de pauta destacou-se: revisão dos Programas de Duração Continuada – PDC para fins da aplicação dos instrumentos previstos na Política Estadual de Recursos Hídricos. O Sr. Leo Urbano informou que por meio do Ofício Comitês PCJ nº. 114/2016, de 11/04/16, a SE-PCJ atualizou e formalizou a indicação dos membros do

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari – CBH-PJ no Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), conforme aprovada por unanimidade em reunião dos membros do CBH-PJ, realizada no dia 29/03/16, no Auditório do IEF, em Camanducaia/MG, sendo os indicados: José Carlos Zambone (Titular) - Associação dos Atrativos do Salto; José Maria do Couto (1º Suplente) - Sindicato de Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva – SINMEC; Ana Maria Heleno de Oliveira (2º Suplente) - Sindicato Rural de Extrema. O Sr. Leo Urbano apresentou o Ofício Comitês PCJ nº 110/2016, datado de 08/04/16, do Sr. Gabriel Ferrato, Presidente dos Comitês PCJ, o qual respondeu consulta sobre a implementação de um programa de recuperação da qualidade das águas das Bacias dos Rios Camanducaia e Jaguari referente às Barragens Pedreira e Duas Pontes (Processo IMPACTO 189/2013), ao Superintendente do DAEE. O Sr. Leo Urbano deu ciência ao plenário que na data de 24/06/2016, será realizado em Extrema/MG, a 17ª Reunião Plenária dos Comitês PCJ, solicitando que todos se programem para participar 2.2. **pela Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Leo Urbano passou a palavra ao Sr. Sérgio Razera, Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ, o qual informou que no dia 18 de abril, foi assinado o contrato de admissão da empresa Da Serra Ambiental para a prestação de serviços em assessoria técnica da chamada Unidade Coordenadora de Execução (UCE), para apoio, suporte técnico e acompanhamento das ações viabilizando a fase de implementação do Programa Bacias Jaguariúna. O Sr. Sérgio informou ao plenário que no dia 12/04/16, em Holambra, teve início a segunda fase do projeto “Nascentes de Holambra”, que é o primeiro projeto no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ. O Sr. Sergio informou que a primeira reunião do Grupo de Trabalho “Mananciais” ocorreu no dia 1º de abril, no Instituto de Zootecnia, em Nova Odessa. O objetivo do encontro foi o de definir e organizar as responsabilidades e metodologia de trabalho do GT, bem como a periodicidade em que os membros se reunirão. O GT-Mananciais foi criado para acompanhar o desenvolvimento da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais – aprovada em 23 de outubro pelo plenário dos Comitês PCJ – e é formado por membros das Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) e Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural), com participação de diretores e funcionários da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Sergio informou que nos dias 27 e 28 de abril de 2016 foi realizada a reunião do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas e que dentre os diversos assuntos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 64ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Cidade – Jundiaí/SP – 06/05/2016 – 09h30min

destaca-se: Estruturação física e operacional dos CBHs. O Sr. Sergio informou que no dia 07/06/16, será realizada em Piracicaba o Seminário Internacional de Ação Eco Cuencas que é uma oportunidade de fazer o balanço da implantação de organismos de bacias em quatro países da América do Sul que tiveram avanços importantes nos últimos anos na introdução de sistemas de gestão. Previsto para três anos, o projeto “Ação Eco Cuencas” deverá sistematizar e divulgar as boas práticas identificadas nas bacias piloto e nas bacias parceiras europeias e no âmbito da REBOB, RELOC e RIOB, no que diz respeito à resiliência e implementação de mecanismos redistributivos para a sua possível aplicação por outros organismos de bacia da América Latina, no Caribe e na Europa. Espera-se apresentar resultados e recomendações no 8º Fórum Mundial da Água que será realizado em Brasília, em 2018, e convidou a todos para participarem. **3. Apreciação da Ata da 63ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada no SAAE - Atibaia/SP, em 04/03/2016:** O Sr. Leo Urbano questionou aos membros sobre a necessidade da leitura da referida ata. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. Leo Urbano abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo da mesma. Não havendo manifestações, o conteúdo da ata foi aprovado por unanimidade, sem alterações na minuta apresentada. **4. Apreciação de Deliberações *ad referendum* dos Comitês PCJ, aprovadas na 63ª Reunião da CT-PL:** O Sr. Leo Urbano lembrou que na ocasião da realização da 63ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), dos Comitês PCJ, realizada em 04/03/2016, no município de Atibaia/SP, foram aprovados os cancelamentos, a serem apreciados pelos Plenários dos Comitês PCJ, os empreendimentos: indicado na Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 181/2013, de 07/10/2013, para recebimento de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União - Cobrança PCJ Federal, no montante de R\$ 2.459.984,61 de repasse e R\$ 539.996,62 de contrapartida (data base-2013), o empreendimento “Ação de Combate a Perdas - Etapa IV - Implantação do Projeto de Setorização com Substituição de Redes de Distribuição na Área Sul no Município de Rio Claro”, cujo tomador é o Departamento de Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro e indicado na Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 225/2015, de 30/04/2015, para recebimento de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União - Cobrança PCJ Federal; no montante de R\$ 3.735.903,28 de repasse e R\$ 820.076,33 de contrapartida (data base-2015), o empreendimento “Ação do Combate às Perdas - Etapa VI - Recuperação Estrutural e Impermeabilização dos Reservatórios de Concreto Armado na ETA I - José Maria Pedroso, do Município

de Rio Claro”, cujo tomador é o Departamento de Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro. Diante do exposto, O Sr. Leo Urbano informou que devido ao prazo de realização da reunião Plenárias dos Comitês PCJ, estar agendada para o final do mês de junho de 2016, a Agência das Bacias PCJ, solicitou autorização dos Presidentes dos Comitês PCJ, para que os cancelamentos em questão, fossem expedidos “*ad referendum*”, para utilização dos recursos financeiros da Cobrança PCJ Federal, correspondente aos empreendimentos descritos, ao orçamento de 2016, conforme aprovado pela CT-PL em sua 63ª Reunião, para distribuição pelos Comitês PCJ, como demanda espontânea, no início do mês de junho de 2016. Na sequência, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra aos membros. Não havendo manifestações, o Sr. Leo Urbano colocou a proposta em votação, a qual foi aprovada por unanimidade, e deverá ser apreciada na próxima reunião dos Comitês PCJ. **5. Apreciação da minuta de deliberação de indicação do representante titular no Conselho Estadual de Saneamento (CONESAN) – Biênio 2016/2018:** O Sr. Leo Urbano informou que o Conselho Estadual de Saneamento (CONESAN) foi instituído pela Lei Complementar nº 1.025, de 07 de dezembro de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 54.644, de 05 de agosto de 2009, sendo um órgão consultivo e deliberativo do estado de São Paulo, de nível estratégico, responsável pela definição e implementação da política estadual de saneamento básico no estado, sendo composto paritariamente por onze representantes do segmento órgãos do governo do Estado de São Paulo; onze representantes do segmento Municípios e onze representantes do segmento Sociedade Civil. De acordo com os termos da Deliberação CONESAN nº 2, de 11/02/2016, que declarou aberto o processo eleitoral para renovação dos representantes dos municípios, e comunicou os procedimentos para a sua realização da eleição entre os prefeitos para CONESAN, onde o 11º agrupamento territorial estabelecido pelo CRH, refere-se ao grupo Piracicaba, Capivari e Jundiaí e Sorocaba/Médio Tietê, que alternam as vagas de representantes titular e suplente; sendo que, neste mandato 2016/2018, cabendo aos prefeitos da região representada pelos Comitês PCJ a indicação do representante titular, fazendo-se assim necessária a eleição e a indicação de representante das Bacias PCJ. Após as explanações, o Sr. Leo Urbano informou que o processo de escolha foi realizado via e-mail, conforme termos do Ofício Comitê PCJ nº 100, de 08/03/16, Ofício Comitês PCJ nº 105, de 24/03/16 e do Ofício Comitês PCJ nº 112 de 11/04/16, com os 65 Prefeitos que compõem o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ), que elegeram para representar, como membro Titular do 11º agrupamento territorial no CONESAN, para o biênio

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 64ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Cidade – Jundiaí/SP – 06/05/2016 – 09h30min

2016-2018, o Sr. Denis Eduardo Andia, Prefeito Municipal de Santa Bárbara d'Oeste/SP, apresentando a minuta de deliberação. Na sequência, o Sr. Leo Urbano abriu a palavra aos membros. Não havendo manifestações, o Sr. Leo Urbano colocou a minuta de deliberação com a indicação do Sr. Denis Eduardo Andia, Prefeito Municipal de Santa Bárbara d'Oeste/SP, como Titular do 11º agrupamento territorial no CONESAN em votação, a qual foi aprovada por unanimidade, e deverá ser apreciada na próxima reunião dos Comitês PCJ. **6. Apreciação da atualização de valores do PAP-PCJ:** O Sr. Leonildo Urbano lembrou a todos que no Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011, firmado entre a ANA e a Agência das Bacias PCJ, em seu 1º Termo Aditivo, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 136/11, de 16/12/2011, foi previsto no Programa de Trabalho, no indicador Planejamento e Gestão, a elaboração de Plano de Aplicação Plurianual (PAP), em consonância com o Plano de Bacias PCJ 2010-2020, e que a Agência PCJ está realizando levantamento sobre outras fontes de financiamentos, além dos recursos distribuídos pelos Comitês PCJ, com o intuito de aplicar-se o PAP como instrumento de planejamento de médio prazo, com ações relativas aos Programas de Duração Continuada (PDC), estabelecendo-se as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelos Comitês PCJ ao longo de um período de quatro anos. Nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PAP-PCJ para o exercício 2013-2016, e deu outras providências, coube à Agência das Bacias PCJ, entre várias ações, elaborar cronograma anual de contratação das ações propostas; contratar e acompanhar a execução das ações previstas, atualizando até o dia 31 de março de cada ano, os valores das ações previstas, de acordo com os valores contratados anualmente, ficando delegado à Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ (CT-PB), entre outras ações, aprovar propostas da Agência das Bacias PCJ, conforme incisos IV e V do art. 2º daquela deliberação, desde que o valor dos recursos financeiros envolvidos não ultrapassasse a 10% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ 2013-2016, e elaborar e encaminhar à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL), até 30 de abril de cada ano, relatório sobre a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2013-2016. Informou que ficou delegado à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL), aprovar as propostas da Agência das Bacias PCJ, desde que o valor dos recursos financeiros envolvidos seja superior a 10% e não ultrapasse a 25% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ 2013-2016, apreciando até 30 de junho de cada ano. Diante do exposto, o Sr. Leonildo Urbano esclareceu que, através do Ofício CT-

PB nº 01/2016, datado de 28/04/16/, a Coordenação da CT-PB, informou que o assunto foi apreciado em sua 66ª Reunião Ordinária ocorrida no dia 28/04/16, no município de Jundiaí/SP, manifestando-se favorável ao relatório de execução, aos remanejamentos de Valores e as inclusões de ações no PAP-PCJ 2013/2016, apresentados pela Agência das Bacias PCJ. Após as explanações, o Sr. Leonildo Urbano passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, que realizou a apresentação sobre o relatório de execução, os remanejamentos de valores e as inclusões de ações no PAP-PCJ 2013-2016, ressaltando que após três anos de atividades envolvendo o Plano de Aplicação Plurianual PAP-PCJ 2013-2016, diversas atividades já foram contratadas e outras estão em via de serem contratadas, notadamente, a revisão do Plano das Bacias PCJ, o Plano Diretor de Reflorestamento das Bacias PCJ; a rede hidrometeorológica; as ações relacionadas com a recuperação físico-hídrico e ambiental de propriedades rurais envolvidas em programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) ou não, e ainda Planos Diretores de Combate as Perdas para 22 municípios operados pela SABESP e Planos de Macrodrenagem do Rios Jundiaí e Capivari. Destacou que desta forma, não houve inclusões de novas ações, somente remanejamento de valores anteriormente alocados e não contratados, com intuito de garantir a efetiva aplicação dos recursos arrecadados. Demonstrou o remanejamento dos valores detalhadamente e informou que a soma é de R\$ 7.509.253,10 (sete milhões, quinhentos e nove mil, duzentos e cinquenta e três reais e dez centavos), ou seja, 9,03% do total, sendo, portanto, alocados para financiamento de projetos de demanda espontânea. Apresentou a estimativa de arrecadação para o ano de 2016 e as efetivas arrecadações para o período de 2013 a 2015, a fim de apurar o montante a ser aplicado no PAP-PCJ 2013-2016. Através dos dados apresentados, ressaltou que poderá haver, ao final de 2016, receita maior que a estimada em 2012, ano de elaboração do PAP-PCJ, considerando os valores efetivamente arrecadados no período de 2013 a 2015 e a estimativa de arrecadação para o exercício de 2016. O montante a ser acrescido nos investimentos para o exercício de 2016 é de R\$ 1.750.826,83. Após os esclarecimentos, o Sr. Leonildo Urbano colocou a proposta de remanejamento de recursos do PAP-PCJ 2016, conforme apresentado pela Agência PCJ, em votação, sendo aprovada por unanimidade. **7. Substituição do Secretário-Executivo Adjunto do CBH-PCJ:** O Sr. Leo Urbano explicou sobre a manifestação, por meio de correspondência, da Sra. Caroline Túbero Bacchin, solicitando desligamento do cargo de Secretária-executiva Adjunta do CBH-PCJ, em virtude de licença maternidade. O Sr. Leo Urbano lembrou da dedicação e o esforço e registrou seus votos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 64ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Cidade – Jundiaí/SP – 06/05/2016 – 09h30min

de felicitações nesta nova etapa de sua vida. Os membros do plenário também se manifestaram agradecendo e reiterando manifestação de felicitações. Após, o Sr. Leo Urbano informou da necessidade de preenchimento do cargo, ressaltando que na data de 26/04/2016, foi realizada consulta, via e-mail, aos membros de órgãos de governo estadual paulista dos Comitês PCJ, quanto ao interesse em ocupar tal posição na Diretoria do CBH-PCJ, sendo recebida a manifestação, por meio de Ofício nº SUP/0556/2016, datado de 13/04/2016, do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), indicando o seu novo representante titular e a proposta de indicação do Sr. Sebastião Vainer Bosquilia, representante Titular DAEE nos plenários, para Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ. O Sr. Leo Urbano abriu a palavra para manifestações. Não havendo, o pedido de desligamento do cargo, da Sra. Caroline Túbero Bacchin, e a proposta de indicação do Sr. Sebastião Vainer Bosquilia para Secretário-Executivo Adjunto do CBH-PCJ foram colocados em votação, sendo aprovados por unanimidade. **8. Renovação da Outorga do Sistema Cantareira: cronograma de atividades do GT Cantareira:** O Sr. Leo Urbano lembrou que durante a 45ª Reunião Extraordinária da CT-PL, realizada no dia 16/06/2015, no município de Piracicaba/SP, foi constituído o GT-Renovação, para discutir as questões acerca da renovação da outorga do Sistema Cantareira, constituído pelas entidades: Consórcio PCJ, ASSEMAE, Sindicato Rural de Rio Claro, FIESP, CETESB, DAEE, IEF, IGAM, PM de Extrema, PM de Jundiaí, SE-PCJ e como convidados: GAEMA, Ministério Público Federal e Agência das Bacias PCJ, que trabalharam para consolidação das propostas apresentadas no âmbito dos Comitês PCJ, resultando na manifestação sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira, em 2015, dos Comitês PCJ, através de sua Deliberação dos Comitês PCJ nº 234/15, de 12/08/2015. Diante do exposto, ressaltou que em decorrência da estiagem registrada nos anos de 2013 e 2014, foram estabelecidas regras operativas substitutas à Portaria DAEE nº 1213/04 e que a atual outorga de direito do uso das águas dos reservatórios que compõem o Sistema Cantareira venceria em agosto de 2014, mas sua vigência foi prorrogada até 31 de maio de 2017, por meio da Resolução Conjunta ANA-DAEE nº 910, de 7 de julho de 2014. Na data de 28/3/2016 a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) divulgaram o novo cronograma do processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira, dividido em nove etapas que terminam em 31 de maio de 2017, com a publicação definitiva da nova outorga. Em 08 de abril de 2016, foi encaminhado aos Comitês PCJ, Ofício Conjunto nº 2/2016/AA-ANA/DAEE, informando que

até o dia 30 de abril de 2016, seria disponibilizado o documento "Dados de Referência Acerca da Outorga do Sistema Cantareira" atualizado até dezembro de 2015, adicionado de seus anexos, como cumprimento da primeira etapa do cronograma do processo de renovação da outorga de direito de uso de recursos hídricos do Sistema Cantareira, e que os entes do sistema (Comitês PCJ e Alto Tietê, Sabesp e IGAM), poderiam encaminhar considerações e eventuais atualizações das propostas até o dia 30 de junho de 2016. Na sequência, o Sr. Leo Urbano apresentou o cronograma estabelecido, detalhando cada etapa. Após as explicações, o Sr. Leo Urbano informou que seria prudente a análise da Deliberação dos Comitês PCJ nº 234/15, de 12/08/2015, visando a revisão perante os dados do documento "Dados de Referência Acerca da Outorga do Sistema Cantareira", e que sendo o GT-Renovação um extrato da CT-PL, e tendo em vista o curto prazo para manifestação dos Comitês PCJ, não existindo tempo hábil para a convocação de uma reunião extraordinária da CT-PL, solicitou para que os membros presentes se manifestassem por delegar ao GT-Renovação a apresentação da "Minuta de Propostas sobre a renovação da outorga do SISTEMA CANTAREIRA, em 2016" dos Comitês PCJ diretamente à apreciação dos Plenários na reunião plenária do dia 24/06/16. Após, O Sr. Leo Urbano abriu a palavra aos membros, que aprovaram por unanimidade delegar ao GT-Renovação a apresentação da "Minuta de Propostas sobre a renovação da outorga do SISTEMA CANTAREIRA, em 2016" dos Comitês PCJ diretamente à apreciação dos Plenários na reunião plenária do dia 24/06/16. **9. Análise do pedido da CT-OL dos Comitês PCJ sobre o reenquadramento de trechos do rio Jundiaí, da classe 4 para a classe 3, em atendimento a solicitação da CETESB e de acordo com o Plano de Bacias 2010-2020:** O Sr. Leo Urbano lembrou que a Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ, protocolo em 04/02/2016, o Ofício CT-OL nº 04/2016, que trata do reenquadramento de trechos do rio Jundiaí, da classe 4 para a classe 3, em atendimento a solicitação da CETESB e de acordo com o Plano de Bacias 2010-2020. E que na ocasião da 63ª Reunião da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), dos Comitês PCJ, realizada em 04/03/2016, no município de Atibaia/SP, a CT-PL apreciou o assunto e deliberou pela realização de reunião conjunta entre as Câmaras Técnica de Outorgas e Licenças, Saneamento, Plano de Bacias e Uso e Conservação da Água na Indústria, para elaboração de proposta reenquadramento de trechos do rio Jundiaí. Na sequência passou a palavra para o Sr. Sebastião Vainer Bosquilia, Coordenador da CT-OL, que detalhou os trabalhos do GT-Enquadramento da CT-OL, e informou que conforme deliberado pela CT-PL, no dia 03 de maio de 2016, em Jundiaí, o Grupo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 64ª Reunião Ordinária da CT-PL

Parque da Cidade – Jundiaí/SP – 06/05/2016 – 09h30min

445 constituído se reuniu para discussão do assunto e foram
recebidas várias propostas e contribuições acerca do
tema, sendo necessário um detalhamento maior da
proposta, principalmente nos impactos industriais e
saneamento básico, sobre o reenquadramento de trechos
do rio Jundiaí, da classe 4 para a classe 3. Diante do
exposto informou que não houve tempo hábil para
desenvolver essas propostas para a presente reunião e
que em virtude da inexistência de tempo hábil para a
450 convocação de uma reunião extraordinária da CT-PL
para analisar o material, solicitou para que os membros
presentes se manifestassem por delegar ao Grupo de
Trabalho e a CT-OL, em reunião a ser realizada no dia
20/05/2016, a elaboração de proposta de
455 reenquadramento de trechos do rio Jundiaí e encaminhar
o assunto diretamente à apreciação dos Plenários na
reunião plenária do dia 24/06/16. Após, o Sr. Bosquilia
passou a palavra para o Sr. Domênico Tremaroli,
gerente da Agência CETESB Jundiaí, que apresentou a
460 formalização dos procedimentos legais para que seja
oficializado o reenquadramento do Rio Jundiaí,
conforme aprovado no Plano de Bacias de 2010/2020,
ênfatizando que o reenquadramento do rio Jundiaí para
classe 3, tornará mais eficientes as ações de controle de
465 poluição das águas, uma vez que possibilitará que sejam
exigidos lançamentos de efluentes com melhor
qualidade, a fim de atender aos padrões dessa classe; e
para tanto, é necessária a condução das ações
administrativas, no âmbito do Comitê PCJ, que resultem
470 em deliberação específica do CRH, com o
reenquadramento dos trechos classe 4 para a classe 3,
estabelecendo, dessa forma, um ambiente legal para que
os anseios de qualidade das águas do rio Jundiaí,
expressos no Plano de Bacias vigente, possam vir a ser
475 alcançados, e apresentou dados. Após a finalização da
apresentação, a palavra foi aberta para manifestação dos
membros. Ocorreram várias manifestações e
contribuições feitas por: Hélio Rubens G. Figueiredo,
representante da SABESP; Sebastião Vainer Bosquilia,
480 Coordenador da CT-OL; Alexandre Vilella,
representante do FIESP; Michele Consolmagno,
representante da P.M de Morungaba; Roberto Mario
Polga, representante do CIESP; Andre Elia Neto,
representante da ÚNICA, externado a preocupação de se
485 aprovar o proposto devido à complexidade e os
impactos do assunto. Após as manifestações, não
havendo consenso sobre a proposta de delegação para a
CT-OL apresentar o material final diretamente à
Plenária, o Sr. Leo Urbano abriu a votação por delegar
490 ao Grupo de Trabalho e a CT-OL, em reunião a ser
realizada no dia 20/05/2016, a elaboração de proposta
de reenquadramento de trechos do rio Jundiaí e
encaminhar o assunto diretamente à apreciação dos
Plenários na reunião plenária do dia 24/06/16, sendo
495 aprovado por 10 (dez) votos a favor, 03 (três) contrários

(SAA, FIESP e CIESP Jundiaí) e 01 (uma) abstenções
(SSRH). **10. Constituição do GT-Critérios para
distribuição de recursos 2017:** O Sr. Leo Urbano
apresentou a proposta de constituição do Grupo Técnico
de Critérios (GT-Critérios), para proposição de regras
visando à hierarquização e indicação dos
empreendimentos a serem financiados com os recursos
do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, exercício 2017.
Após as explanações, o Sr. Leo Urbano solicitou que se
505 manifestassem os interessados em participar do GT-
Critérios. Após as manifestações, aprovou-se, por
unanimidade, que o grupo será composto pelos
representantes das seguintes entidades: ASSEMAE;
SAA; SABESP; IPSA; Sindicato Rural de Rio Claro; P.
510 M. de Jaguariúna; Agência PCJ; SE-PCJ e como
convidada a Coordenação da CT-ID. **11. Constituição
do GT-Eleições:** O Sr. Leo Urbano informou sobre a
necessidade da criação do GT-Eleições, para dar início à
organização do processo eleitoral que ocorrerá em 2017
515 e abriu a palavra para a manifestação dos interessados
em compor esse grupo. Após as manifestações, ficou
composta e aprovada por unanimidade, a composição do
GT-Eleições 2017 com os seguintes membros:
ASSEMAE, SABESP, Sindicato Rural de Rio Claro,
520 SABESP, sob coordenação da SE-PCJ. **12.
Encerramento:** Na sequência a Sr. Leo Urbano abriu a
palavra aos presentes e, nada mais havendo a tratar,
agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a
reunião.

525

Leonildo Ednilson Urbano
Secretário-executivo
Comitês PCJ

530